

Quando, em fevereiro de 1950, Jacques Delors entrou à Comunidade Europeia e iniciou a sua missão de nomeação da Monarquia europeia, nela constava a indicação do Muro de Berlim.

Uma União à Dimensão do Continente

Por que razão deve haver uma fronteira para lá da qual eu trato os homens de maneira diferente dos que estão do meu lado?

Jean Monnet

Naquela altura, esse argumento não se devia a questões de natureza ideológica, mas sim a questões económicas. Isto é, a questão económica era o factor que levou ao projecto europeu a priorizar a integração económica e a prosperidade que a Comunidade europeia poderia proporcionar. No entanto, quando o Muro de Berlim caiu, a Europa era dividida, e o projecto de Comunidade Europeia nos países da Europa Oriental desviou-se das suas origens económicas, para se voltar para a questão da liberdade, da democracia e da paz. O regresso à Europa foi, então, europeu, num dia em que os países de oriente das mudanças que, desde 1989, haviam ocorrido na Europa Oriental, procuravam reabilitar as relações tratativas impostas pelo socialismo. Em Portugal, assim em Stálin ou em Rómulo, o socialismo era visto como o sangue que unia os povos, e permitia-lhes o exercício de poder e das suas respectivas liberdades. Era, portanto, uma compreensão que visava as liberdades individuais, e que era parte integrante do seu sentido da justiça.

Quando, em Janeiro de 1990, Jacques Delors exortava a Comunidade Europeia a responder à «tremenda aceleração da História» provocada pela queda simbólica do Muro de Berlim, pouca gente terá dado a devida atenção ao profundo significado das suas palavras. Mas o visionário que presidiu durante dez anos à Comissão de Bruxelas e que acaba de retirar-se do palco da grande política europeia, porventura cansado e decepcionado com a persistência com que os interesses nacionais imediatos parecem manietar os dirigentes da Comunidade, sabia exactamente o que dizia.

Cinco anos depois, a União Europeia percorreu um longo caminho. Mas, apesar dos sobressaltos, das dificuldades, dos avanços e recuos, esse caminho não se desviou de forma irremediável do grande objectivo que o fim do comunismo e a derrocada do império soviético colocaram na primeira linha da sua agenda política: alargar a todo o continente europeu a paz, a democracia e a prosperidade que a Comunidade alcançou.

Desde o dia 9 de Novembro de 1989, quando o Muro deixou de separar simbolicamente a Europa em duas metades, a questão do alargamento da Comunidade Europeia aos países europeus libertados do domínio soviético não mais saiu da ordem do dia. «O regresso à Europa» foi, sem exceção, uma das mais emblemáticas palavras de ordem das revoluções que, desde a Polónia do «Solidariedade» até Timisoara na Roménia, progressivamente derrubaram os regimes totalitários impostos por Moscovo desde o pós-guerra. Em Praga como em Sófia ou em Riga, o fim da opressão era olhado como o «regresso» natural às origens culturais e geográficas de povos e nações cuja história fora apenas «temporariamente congelada» e que viam na liberdade e na imensa prosperidade dos seus irmãos da metade

ocidental do Velho Continente o estímulo indispensável às suas próprias transformações.

Todos os países europeus que reconquistaram a sua plena soberania colocaram no topo das suas prioridades estratégicas a pertença às organizações políticas, económicas e de defesa da Europa Ocidental. Aderir à União Europeia e fazer parte da NATO passaram a ser objectivos fundamentais formalmente assumidos por todos os governos das democracias de Leste – objectivos que nem as extremas dificuldades económicas e sociais da transição nem as vissicitudes políticas da construção de Estados de Direito puseram alguma vez em causa.

Mas também nos países da Europa Ocidental que escolheram a viá da Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA) como forma preferencial de cooperação, o fim da guerra-fria e da divisão do continente levou a uma gradual mudança de perspectiva. Já não se tratava apenas de aderir ao grande Mercado Interno sem fronteiras, fixado pelos Doze no Acto Único Europeu para 1 de Janeiro de 1993, de modo a evitar as desvantagens de estar fora do maior espaço económico do mundo. Para as ricas democracias da EFTA, a Comunidade passou a ser olhada também como o principal polo integrador de todo o continente, num mundo subitamente livre dos constrangimentos do confronto Leste-Oeste e a caminho da edificação de uma «nova ordem internacional» que parecia, nesses primeiros momentos de alívio e de euforia, perfeitamente ao alcance dos povos.

Passados cinco anos sobre a queda do Muro, é já possível traçar o quadro provável do que será a Grande Europa do início do século XXI. Três dos países da antiga EFTA são membros da União Europeia desde o dia 1 de Janeiro de 1995. Ficaram de fora a Noruega, cuja população rejeitou o Tratado de Adesão negociado em Bruxelas, a Suíça, que teima em preservar o seu isolamento internacional, a Islândia e o Liechtenstein.

As nações da Europa Central, com uma história anterior à Segunda Guerra de fortes ligações culturais, religiosas e económicas com a Europa do Ocidente, percorreram nestes cinco anos um difícil caminho de transição para a democracia e a economia de mercado, que as colocou na primeira linha do próximo

e inevitável alargamento da Comunidade. Hungria, Polónia (que apresentaram formalmente os respectivos pedidos de adesão em Bruxelas, na Primavera de 1994), República Checa e Eslováquia (que o farão a curto prazo), completaram já a primeira fase do processo de transição. Neste primeiro grupo de países, é muito provável que venha a estar incluída a Eslovénia – a única república da Jugoslávia de Tito que conseguiu escapar à tragédia da guerra e que soube tirar proveito da sua localização geográfica central e da ajuda alemã e austriaca. A sul, Chipre e Malta, cujos pedidos de adesão foram depositados há cinco anos em Bruxelas, têm a promessa de que também serão contemplados no próximo alargamento.

Nas mesmas condições formais, ainda que com processos de transição mais complexos, encontram-se a Bulgária e a Roménia, cujas relações com a UE estão consolidadas através de acordos de associação ou Acordos Europeus, que têm como premissa a futura adesão. As três pequenas repúblicas bálticas (Estónia, Letónia e Lituânia) estão prestes a concluir com Bruxelas a negociação de acordos de associação idênticos, cuja meta é também a entrada na Comunidade. E até a pequena Albânia, o mais pobre dos antigos países socialistas, mas que registou em 1993 uma taxa de crescimento de 11 por cento, se prepara para seguir a mesma via de aproximação.

Deixando de parte as nações da ex-Jugoslávia que sofrem directa ou indirectamente com a guerra, as fronteiras da Grande Europa imaginada em 1990 estão já nitidamente traçadas, permitindo à União Europeia estabelecer os limites, as condições e os meios da sua progressiva expansão no continente.

Este esforço – que constituirá o maior desafio jamais colocado à Europa desde a fundação da CEE, em 1957 – não dependerá apenas da capacidade interna da União ou da vontade política das nações candidatas. Exigirá igualmente a capacidade de encontrar respostas para dois factores de ordem externa de crucial importância: desenhar uma relação estável com a Rússia e com as Repúblicas da CEI (nomeadamente a Ucrânia e a Bielorrússia) que impeça a criação de novos «muros» reais ou psicológicos; criar um espaço de cooperação efectivo e global com

o Mediterrâneo e uma relação forte e estável com a Turquia, na qual a União está presentemente empenhada.

Para trás, ficaram cinco anos ao longo dos quais a Comunidade procurou encontrar respostas – nem sempre adequadas, nem sempre conseguidas – para o novo quadro europeu e internacional em que foi chamada a actuar. E uma longa e difícil aprendizagem mútua entre as duas metades do continente, durante 45 anos separadas pela guerra fria, que vale a pena recordar.

Alemanha: as condições do primeiro alargamento

Em Junho de 1989, os doze líderes da CE tinham encontro marcado no Conselho Europeu de Madrid, sob a presidência espanhola. Na agenda do Conselho estava o debate em torno do relatório da Comissão Delors sobre a futura união económica e monetária, apresentada como a consequência lógica e indispensável à plena eficácia do Mercado Único.

A Europa comunitária seguia ainda paulatinamente a velha e eficaz receita de Jean Monnet, segundo a qual cada novo passo na integração económica criaria inexoravelmente as condições para o seguinte, e assim sucessivamente até à concretização do velho sonho federal dos pais-fundadores da Comunidade. Em vésperas da cimeira de Madrid, o eixo Paris-Bona voltava a funcionar para vencer as resistências britânicas a este novo passo em frente – que implicava a revisão do Tratado de Roma e se traduzia num avanço substancial da partilha de soberania entre os Doze. Apesar das expectativas criadas pela eleição de Mikhail Gorbatchov para a liderança soviética e do movimento de reforma e abertura que lançara, a CE ainda não pressentia o profundo abalo que a queda do Muro iria provocar nos alicerces em que assentava a construção europeia desde 1957.

Quando, menos de um ano depois, a presidência irlandesa da Comunidade convoca a cimeira extraordinária de Dublin, em final de Abril de 1990, é já para responder a esta súbita «aceleração da História» de que fala Jacques Delors. Os líderes europeus são diariamente confrontados com extraordinários e

imprevisíveis acontecimentos que começam a pôr em causa o mundo em que se habituaram a viver e a agir.

Em Moscovo, a «perestroika» e a «glasnost» ganham movimento autónomo, ultrapassando a própria liderança de Gorbatchov. O líder soviético recusa-se a intervir na Polónia em socorro da velha nomenclatura, que se vê obrigada a partilhar o poder com o movimento Solidariedade, depois das primeiras eleições parcialmente livres. Os apelos de Erich Honecker, quando as grandes manifestações de massa de Leipzig, Dresden ou Berlim afrontam abertamente o regime comunista na Alemanha Oriental, são ignorados em Moscovo. As tropas do Pacto de Varsóvia não voltarão a esmagar os movimentos de libertação dos «satélites» da União Soviética. Em Varsóvia, Praga, Budapeste ou Berlim, milhares e milhares de cidadãos sentem-se livres para tomar nas mãos o seu próprio destino.

Mas é, sobretudo, a aceleração imparável que ganha o processo de reunificação da Alemanha que pesa com todas as suas consequências sobre os responsáveis políticos da CE, justamente porque ela toca no cerne do equilíbrio sobre o qual se edificou a Comunidade. A Europa voltava a andar às voltas com a questão alemã. E de tal forma, que a necessidade de encontrar uma resposta para enquadrar esse «gigante» que renascia no centro do Velho Continente remeteu todos os outros desafios colocados pela reunificação da Europa para segundo plano. Habituidos a encarar a Alemanha dividida em dois Estados como um dos factores de estabilidade da Europa Ocidental, os responsáveis europeus não estavam preparados para enfrentar um processo de unificação que nem mesmo o chanceler Helmut Kohl imaginou pudesse estar concluído em menos de um ano.

Em Novembro de 1989, apenas uma semana após a queda do Muro, o presidente François Mitterrand convoca uma cimeira extraordinária dos Doze para analisar os acontecimentos do Leste e as suas consequências. A primeira-ministra britânica, Margaret Thatcher e o seu homólogo holandês Ruud Lubbers, reagem friamente à simples menção da reunificação. Apenas a Espanha de González, a Bélgica e o Luxemburgo mostram compreensão e simpatia pelos primeiros passos de Helmut Kohl para

responder aos acontecimentos. Mas prevalece entre os líderes europeus a incomodidade e o receio face à perspectiva de ressurgimento de uma «grande Alemanha».

Dez dias depois, perante a entrada diária de mais de 1500 alemães da RDA na República Federal, o chanceler avança com o efémero Plano em Dez Pontos, que passa ainda pela criação de uma estrutura confederal entre os dois Estados alemães, remetendo a unificação para o médio prazo. O chefe da diplomacia de Londres, Douglas Hurd, e mesmo François Mitterrand manifestam algumas objecções. Falta ao plano de Kohl «o décimo primeiro ponto», sobre o papel da CE no processo. No Conselho Europeu de Estrasburgo, em Dezembro de 1989, a unificação alemã é encarada apenas no quadro geral da democratização do Centro e do Leste europeus e no respeito pelos tratados internacionais.

Nessa altura, apenas Jacques Delors defende o direito da Alemanha à autodeterminação, ligando o processo de reunificação a um novo avanço da Comunidade na via de um projecto cada vez mais federal. O presidente da Comissão diz ainda que a RDA deve ser encarada por Bruxelas como «um caso especial», de simples extensão do território da Comunidade. A França de Mitterrand vai tentar pôr de lado as suas reservas iniciais, e interpretar as propostas de Delors para conjugar a unificação alemã com a unificação europeia.

A 19 de Abril de 1990, o chanceler alemão e o presidente francês dirigem uma carta conjunta à CE na qual apelam à convocação de uma segunda conferência intergovernamental, paralela à que deve preparar a União Económica e Monetária e destinada a lançar as bases da União Política Europeia. Pela primeira vez, os dois líderes falam na necessidade de dotar a Comunidade de uma política externa e de segurança comum, dando-lhe uma só voz na cena internacional. A Comunidade não podia continuar a ser «um gigante económico e um anão político», como o fora numa época em que a liderança do mundo ocidental cabia indiscutivelmente aos Estados Unidos. Era preciso, além disso, encontrar uma resposta positiva à reunificação alemã e aos velhos fantasmas que começavam a despertar na memória

dos povos da Europa, mostrando que o projecto europeu não fora posto em causa com o ressurgimento de uma «grande Alemanha».

Poucos dias depois, na cimeira extraordinária de Dublin, os Doze aprovam não só a iniciativa franco-alemã como o relatório da Comissão que estabelece a integração dos cinco «Lander» da ex-RDA na RFA e, consequentemente, na CE, dispensando qualquer alteração do Tratado de Roma. Apenas Margaret Thatcher verbaliza o seu descontentamento, considerando «prematura e esotérica» a necessidade de avançar para uma união política. É implicitamente apoiada por Portugal, Dinamarca, Luxemburgo e Irlanda. Lisboa parece sobretudo preocupada com a entrada em cena de mais um candidato aos fundos estruturais destinados às regiões mais pobres, nas quais se passam a incluir os cinco «Lander».

Começando também a pensar numa «Grande Europa», os chefes de Estado e de governo dão luz verde à Comissão para que inicie a negociação de acordos de associação – ou Acordos Europeus – com os antigos países socialistas da Europa Central e Oriental no sentido de aprofundar o diálogo político e a cooperação económica. Mas os Doze afastam a ideia de que a adesão desses países está na ordem do dia.

Do choque dos Balcãs a Maastricht

Com os trabalhos das duas conferências intergovernamentais para a União Monetária e para a União Política já em marcha, a partir do Conselho Europeu de Roma, em Dezembro de 1990 (e com a ajuda inestimável do afastamento de Margaret Thatcher), a Comunidade vai despertar subitamente para as novas e duras realidades a que tem de fazer face, com a eclosão da crise jugoslava.

Em finais de Junho de 1991, o Conselho Europeu do Luxemburgo é já dominado pela iminência de um conflito sangrento nos Balcãs, quando as tropas federais de Belgrado entram na Eslovénia – a primeira das seis repúblicas da Jugoslávia de Tito que torna pública a sua declaração de independência.

Seis meses depois, na pequena cidade holandesa de Maastricht e no fim de dois dias de negociações dramáticas ao longo das quais a dupla franco-alemã foi levada a fazer várias cedências às reservas britânicas, os Doze chegam a um acordo sobre a fundação da nova União Europeia, dotada de uma personalidade política própria, prevendo a moeda única, lançando os fundamentos de uma política externa e de segurança comum (PESC) e visando a prazo uma «defesa comum». A ideia de que a CE teria de encarar, a curto prazo, os pedidos de adesão dos países que acabavam de «regressar à Europa», parecia distante da pequena cidade holandesa.

A necessidade de arrancar a ferros um acordo entre os doze Estados membros acabou por traduzir-se na criação de um «monstro institucional» (como lhe chamou Jacques Delors, desanimado com a falta de ambição dos governos nacionais), que consagra uma União Europeia dividida entre uma dimensão económica cada vez mais forte e uma dimensão política fraca, quase incipiente. Uma espécie de «monstro com inúmeras patas e várias velocidades» que exigirá um grande esforço para conseguir mover-se de forma coordenada, e contribuirá para dificultar a resposta europeia aos anseios e às necessidades da sua metade oriental.

Em Maastricht, liderados pelo «motor» franco-alemão, os Doze tentam responder à vertiginosa aceleração da História europeia de 1989 e 1990, decidindo avançar de forma irreversível para a sua integração económica interna e dotando-se de instrumentos para agir de forma mais coordenada na cena internacional pós-guerra fria. Mas tratava-se, em primeiro lugar, de «amarra» solidamente a Alemanha reunificada à Europa Ocidental, levando-a a imolar no altar da integração o seu bem mais precioso – o marco.

O novo Tratado revelar-se-á inadequado para responder aos outros desafios que a União Europeia tinha pela frente desde a queda do Muro de Berlim. Como estabilizar o Leste europeu e incentivar as transições democráticas dos antigos países socialistas em direcção a instituições estáveis e a uma economia de mercado? Como resolver o problema da segurança europeia e estendê-la à metade oriental do continente, que permanece fora da zona de intervenção da NATO?

Durante muito tempo ainda, prevaleceu na mente dos responsáveis políticos da recém-nascida União Europeia a ideia de que a nova arquitectura da Europa se construiria numa sucessão rígida de círculos concéntricos, o primeiro dos quais seria constituído pelos Doze, seguindo-se-lhe os parceiros ricos da EFTA e, num terceiro anel, as novas democracias ainda pobres e instáveis do Leste, como se a sua pertença à Europa não fosse medida pela geografia, pela cultura e pelos valores democráticos mas apenas pela riqueza ou pela estabilidade.

Mas também a ideia de que os próximos tempos seriam caracterizados por uma união cada vez maior a oeste, imune ao «regresso da História», e uma fragamentação irreversível a leste, acabou por revelar-se falsa, apesar do regresso da guerra aos Balcãs. E só muito lentamente a UE foi ganhando a percepção de que a construção de uma Grande Europa era um desafio político muito mais complexo do que a simples dimensão do PIB e a capacidade de competir no Mercado Único.

Em síntese, Maastricht saldou-se «numa deceção com futuro», como lhe chamou na altura Victor Constâncio, um razoável ponto de partida para a reorganização do espaço europeu e a criação de uma «nova arquitectura» europeia. Mas, ao fazer da união monetária o estímulo essencial para o aprofundamento da união política, acabava por ser o último acto de uma lógica funcional que, desde a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, fazia da racionalidade económica o motor da integração, à sombra da liderança americana e da garantia oferecida pela NATO.

Faltava «alma» ao Tratado, como disse, então, o Presidente da República Checa. Vaclav Havel, o mais europeísta dos políticos regressados da dissidência, evocava a «ambivaléncia» de Maastricht, «obra notável sem dúvida» mas que transmite a «impressão de uma perfeita máquina moderna, sofisticada (...), mas à qual falta, apesar de tudo, algo de humano».

Os anos seguintes haviam de demonstrar até que ponto o modelo comunitário que prevaleceu desde Messina a Maastricht entrara em crise. A Europa revelava-se incapaz de responder ao conflito dos Balcãs e enfrentar a inesperada revolta de uma opinião pública que começava a duvidar dos méritos da

integração e a exigir maior transparência nas decisões dos governos nacionais. A própria reunificação alemã, aparentemente sanada com o Tratado da União Europeia, continua a influenciar profundamente o debate europeu. A Alemanha está no centro das intensas batalhas eleitorais travadas na Dinamarca e em França, em 1992, para referendar Maastricht – brandida como argumento decisivo, quer dos partidários do «sim», quer dos que se opunham à ratificação do Tratado.

Em compensação, as reacções do mundo exterior são globalmente positivas. Os países da Europa Central e Oriental reagem favoravelmente a Maastricht, conscientes de que uma Comunidade politicamente mais coesa facilitará o diálogo com Bruxelas e reforçará a ajuda económica de que precisam como de pão para a boca.

As ricas democracias da EFTA, que se preparavam para integrar o novo Espaço Económico Europeu (imaginado inicialmente como uma espécie de extensão do Mercado Único), reagem ainda com sentimentos contraditórios. Por um lado, não vêm com particular entusiasmo a nova dimensão política da Europa. Por outro, o clima de incerteza que vai apagando a euforia e o optimismo da libertação do Leste aumenta os atractivos do único polo de estabilidade do velho continente. O abortado golpe de Moscovo, em Agosto de 1991, fora suficiente para pôr em evidência os riscos potenciais que a implosão do império soviético ainda comportava para a segurança europeia.

Países como a Finlândia ou a Áustria, cujos estatutos de «neutralidade forçada» resultavam directamente da divisão da Europa em duas esferas de influência antagónicas no pós-guerra, sentiam mais fortemente que os seus parceiros suecos ou noruegueses a necessidade de pertença a uma estrutura tão sólida como a Comunidade. Mas todos começavam a entender que estar sentado à mesa da União Europeia passava a ser condição indispensável para ter uma palavra sobre o futuro da Europa.

Maastricht vem, assim, reforçar o efeito centrípeto da UE sobre todo o continente, acabando por acelerar o processo de integração dos países da EFTA (à excepção da Suíça, que nem sequer aceita integrar o EEE). Helsínquia e Oslo somam os pedidos de adesão aos de Estocolmo e Viena. As negociações, ainda

que condicionadas à aprovação das novas perspectivas financeiras para 1993-99, por exigência dos quatro mais «pobres», e pela entrada em vigor do Tratado depois de concluídos os processos de ratificação (o que só acontece em 1 de Novembro de 1993) começam informalmente logo após o Conselho Europeu de Edimburgo. No Conselho Europeu de Lisboa, seis meses antes, ficará decidido que o novo alargamento poderia ser realizado sem necessidade de proceder à reforma dos mecanismos de decisão da UE, mas apenas por adaptação mecânica à presença de mais quatro parceiros. A data para a entrada dos três países nórdicos e da Áustria é fixada para 1 de Janeiro de 1995. À excepção da Noruega, cujos cidadãos rejeitaram a adesão pela segunda vez, este objectivo foi integralmente cumprido.

A Europa a quinze

Embora variando de caso para caso, a atitude geral dos quatro candidatos da EFTA pauta-se pelo objectivo de ganhar vantagens económicas, comprometendo-se o menos possível com as ambições políticas da União. Os três países nórdicos – Suécia, Finlândia e Noruega –, dotados de fortes identidades nacionais, olham para a UE como uma imposição resultante das crises económicas internas que se acentuam com a viragem da década.

As poderosas multinacionais suecas (ABB, Eriksson, Volvo, Electrolux) ameaçam deslocar as suas sedes e uma percentagem ainda maior dos seus investimentos para o interior da Comunidade, se a adesão não se concretizar.

A Finlândia, cujas exportações entram em queda livre com a implosão da União Soviética, dando origem a uma duríssima recessão, depressa concluiu que «estar sentada à mesa das decisões da UE» é vital para a sua economia, sobretudo se quiser preservar o domínio sobre a indústria da pasta de papel, ameaçada pelas novas regras ambientais comunitárias que encobrem algum protecionismo.

A Áustria, cuja economia funcionava já em perfeita interdependência com o grande mercado alemão e cujas fronteiras

passaram a conviver directamente com a instabilidade dos países ex-socialistas do Centro e dos Balcãs, percebe a integração como um «passo natural», de forma a «participar no processo que determinará o futuro da Europa, em todos os seus aspectos e em igualdade de direitos e de obrigações» (Alois Mock, chefe da diplomacia de Viena). E mesmo a rica Noruega, vivendo da exploração do petróleo do Mar do Norte e de uma poderosa indústria pesqueira, sente que será difícil ficar de fora. Pouco antes do referendo que deitou por terra o tratado de adesão, a primeira-ministra Gro Harlem Brundtland afirmava: «Precisamos de integrar um processo político cujo impacto no futuro da Noruega é enorme.»

O quinto alargamento da Comunidade decorreu, todavia, de forma bem diferente da adesão de Portugal e Espanha, em 1986, marcada pelo entusiasmo e a convicção europeia dos dois países ibéricos, para os quais representava o regresso à comunidade internacional e a confirmação da respectiva identidade democrática.

A forma como decorreram as negociações com os quatro pretendentes não ajudou a tornar claro o seu impacto sobre a própria evolução da UE. Delimitadas praticamente à compatibilização entre as respectivas economias e o «acquis» comunitário – quotas de pesca, preços agrícolas, contribuições para o Orçamento, períodos de transição –, elas não permitiram um debate esclarecedor sobre o compromisso desses países com a nova dimensão política da União. Em matéria de PESC, foi uma negociação de silêncios: para Bruxelas, os candidatos neutrais deveriam ter plena consciência do que significaria aceitar o II Pilar do Tratado; para os candidatos, as ambiguidades de Maastricht neste domínio pareciam suficientes para não se sentirem vinculados a nada, nomeadamente quanto à modificação dos seus estatutos de neutralidade.

Quando a Suécia e a Finlândia assinaram a «Parceria para a Paz» com a NATO, em 1994, os seus responsáveis relembraram que não tencionavam alterar as respectivas orientações neutralistas e não-alinhadas, deixando claro que a adesão ao novo pacto significa exatamente o contrário do que simbolizou para as novas democracias de Leste: não uma antecâmara de passagem para a plena integração na Aliança Atlântica, mas apenas um bom

instrumento para as missões de manutenção da paz no quadro da ONU ou da CSCE. Pode concluir-se, pois, que apesar de se terem mostrado dispostos a aceitar os actuais compromissos de Maastricht e as finalidades políticas da União, os três novos membros reservam as respectivas posições para a conferência intergovernamental de 1996, que consideram como o «momento da verdade» da dimensão política comunitária.

Seja como for, a União Europeia mudou desde 1 de Janeiro de 1995. Embora os três novos membros correspondam apenas a um acréscimo populacional de 21 milhões de cidadãos (a UE passa a ter 370 milhões de cidadãos), geograficamente, o seu território aumentou de mais de um terço, alargando-se para norte e para o centro. A entrada da Finlândia faz com que a UE tenha pela primeira vez uma extensa fronteira com a Rússia (1200 Km), com implicações geoestratégicas evidentes e colocando novos riscos ambientais e de contaminação nuclear. O Mar Báltico passa a ser, como disse recentemente o chanceler Kohl, um «mar tão europeu como o Mediterrâneo». A integração da Áustria amplia a convivência directa da UE com a República Checa, a Eslováquia, a Hungria e a Eslovénia.

A União ficou também mais rica (o rendimento médio *per capita* subiu de 1% e o PIB de cerca de 7%) e mais protestante (os países nórdicos são predominantemente luteranos e profundamente anti-Vaticano). Os recém-chegados tenderão a engrossar a corrente dos antifederalistas e a inclinar a balança para o lado dos livre-cambistas, serão cuidadosos no seu comprometimento com a moeda única (à excepção da Áustria, que já funciona na zona do marco alemão), prudentes quanto à política de segurança comum e a uma defesa comum. Manifestar-se-ão paladinos da abertura a leste e às três repúblicas bálticas (Letónia, Estónia e Lituânia) e pode prever-se antecipadamente que a Finlândia velará para que não seja tomada nenhuma decisão que fira a susceptibilidade da Rússia. Em algumas destas características, as suas posições são próximas da sensibilidade alemã.

Em contrapartida, contribuirão para tornar mais forte a exigência de transparência e de democraticidade das instituições comunitárias, de acordo com a sua própria tradição constitucional,

política e cultural. A Suécia insistiu em que figurasse nas actas das negociações uma declaração sobre transparência e governo aberto.

Insistirão no reforço da vertente social da União, habituados que estão a viver em democracias fortemente igualitárias e abertas à observação e à crítica da opinião pública. A moralização e o respeito pelas directivas aprovadas ou pelos critérios de aplicação dos fundos será também um dos contributos positivos que se pode esperar dos recém-chegados.

Os três novos membros detêm apenas 11 votos em 87 no Conselho de Ministros (4 para a Suécia e a Áustria, menos um que Portugal, e 3 para a Finlândia), muito longe da nova minoria de bloqueio das votações (26), mas mais do que os 10 votos que possui a Alemanha com os seus 80 milhões de habitantes. Por força dos 59 deputados a que têm direito, o Parlamento Europeu passa de 565 para 624 deputados (22 da Suécia, 21 da Áustria e 16 da Finlândia).

Tal como aconteceu com Portugal ou com a Espanha, a convivência comunitária acabará por exercer a sua influência nestes povos orgulhosos, dotados de um forte sentido de responsabilidade interna e internacional. Eles foram percebendo aos poucos que as democracias comunitárias – olhadas com desdém durante décadas – criaram sociedades mais ricas e, por vezes, tão justas como as que eles próprios construíram, com o «modelo» de inspiração social-democrata com pretensões a «terceira via», que julgavam exemplar mas que entrou em profunda crise económica e de valores, no final da década de 80.

Os difíceis processos de transição

No momento em que era selado, em Maastricht, o novo Tratado da União Europeia, em Varsóvia, Praga, Bratislava, Budapeste, Sófia, Bucareste ou Vilnius, um longo caminho fora já percorrido.

A imediata preocupação dos novos responsáveis – legitimados pela realização de eleições livres – é negociar com Moscovo o seu novo estatuto de soberania plena, incluindo a retirada das

tropas do defunto Pacto de Varsóvia dos respectivos territórios. A segunda grande prioridade, que subsiste até hoje contra ventos e marés, é a aproximação à Europa Ocidental tendo como meta a adesão à Comunidade Europeia e à NATO.

Para as novas democracias, a questão nem sequer merece debate – não é saber «se» mas apenas «quando e como». As revoluções pacíficas que derrubaram as velhas nomenclaturas comunistas fizeram-se também em nome do seu «regresso à Europa». Como escreveu, então, Milan Kundera, pela primeira vez, depois de meio século, os países do Centro da Europa têm o sentimento de poder reconciliar a sua geografia e a sua história, a sua cultura e a sua identidade política. As transformações internas que penosamente levam a cabo pretendem ser a demonstração viva do seu apego aos «valores europeus» e do seu direito «inquestionável» à categoria de membros de todas as instituições europeias. Alguns, como os três países bálticos, atribuem mesmo às organizações ocidentais o «dever histórico» de os acolher, em compensação da «traição» de que foram vítimas em Ialta e Potsdam, quando foi desenhada a divisão da Europa que os «entregou» a Moscovo.

A meta da adesão torna-se também uma condição indispensável para conquistar apoios internos e externos aos programas de reconversão económica. As «terapias de choque», mais ou menos radicais, que vão sendo aplicadas pelos novos responsáveis políticos da Polónia, da Checoslováquia ou da Hungria, e que se traduzem na liberalização abrupta dos preços (gerando taxas de inflação galopantes), no corte dos subsídios estatais (provocando o até então desconhecido fenómeno do desemprego) e no arranque dos processos de privatização, têm custos sociais muito elevados. O risco e a insegurança são novos hábitos de vida que os povos das nações da Europa Oriental não estão preparados para enfrentar. A Europa torna-se a mais convincente das bandeiras para exigir sacrifícios mas também para encontrar novos mercados e atraír ajudas financeiras e investimentos.

Rapidamente, no entanto, os países ex-comunistas vão confrontar-se amargamente com os egoísmos nacionais, a lentidão e

as dificuldades dos seus «heróis» ocidentais, descobrindo que não há uma passadeira vermelha no caminho de regresso à Europa, mas, talvez, como declarou o primeiro-ministro checo Václav Klaus, «uma tabuleta à porta a dizer: não incomodem». As negociações dos primeiros acordos europeus (acordos de associação com a UE) arrastam-se ao longo de 1991, encalhando a toda a hora nas «carnes» francesas, no «aço» alemão ou nos «têxteis» portugueses.

A Comunidade é generosa na canalização de ajudas financeiras (destinadas, por exemplo, a sustentar a convertibilidade das moedas), no apoio técnico ou na renegociação das elevadas dívidas externas que herdaram dos regimes anteriores. Mas é menos sensível à mais ingente necessidade da suas débeis economias: a abertura dos mercados às suas exportações. Com o desmantelamento do COMECON e a queda brusca dos tradicionais mercados do Leste (especialmente o vasto mercado soviético, que absorvia boa parte das exportações e fornecia matéria-prima e energia a baixo custo), e com a necessidade de meios de pagamento para importações em divisas, as suas economias precisam de conseguir colocação para os bens em que são competitivas, desde os produtos agrícolas aos têxteis, passando pela siderurgia, mas relativamente aos quais a UE revela uma sensibilidade proteccionista, também ela a braços com crises sectoriais e índices elevados de desemprego. A queda do produto industrial em cada um desses países (desde os -25 por cento da República Checa aos -60 por cento da Albânia) dá a medida exacta da «destruição construtiva» que atravessam.

Mas a ambição dos países pós-comunistas não se limita ao estreitamento dos laços económicos e políticos com a União Europeia. A sua segurança – fortemente abalada, a partir de meados de 1991, pelo conflito dos Balcãs e pelo golpe frustrado de Agosto na União Soviética – depende da integração em todas as estruturas do sistema de defesa e segurança da Europa Ocidental, em primeiro lugar a NATO. Também neste plano vão ser rapidamente desiludidos. A Cimeira da Aliança Atlântica de Novembro de 1991, em Roma, esclarece que Varsóvia, Praga e Budapeste não vão usufruir de qualquer estatuto especial em

relação aos outros ex-membros do Pacto de Varsóvia e que a extensão da NATO para leste não está na ordem do dia.

A desilusão face ao Ocidente vai progressivamente ocupando o lugar do entusiasmo e da esperança. Os antigos países socialistas percebem que terão de comer o pão que o Diabo amassou até conquistar o direito a pertencer ao clube dos primos ricos do Ocidente. A inépcia e a impotência da UE em evitar e, posteriormente, resolver a crise da ex-Jugoslávia, acentua-lhes a percepção de insegurança e mata quaisquer ilusões sobre a vontade ocidental de ir em seu auxílio, em caso de instabilidade grave.

Alguns deles sofrem directamente as consequências da guerra dos Balcãs, recebendo milhares de refugiados (como a Hungria) ou vendo as suas dificuldades económicas agravadas pela necessidade de cumprir o embargo ocidental à Sérvia, como acontece na Macedónia ou na Bulgária. Vêem-se, além disso, confrontados com a necessidade de gerir as potenciais desavenças fronteiriças que existem entre si e os problemas da dispersão de minorias nacionais em territórios vizinhos, originadas pelos tratados de paz que puseram fim à Primeira e à Segunda Guerra.

A Hungria é um caso exemplar: 1,6 milhões de húngaros vivem na Roménia, 600 mil na Eslováquia e meio milhão na Voivodina sérvia. Em Junho de 1993, para dar cumprimento às deliberações das Nações Unidas, Budapeste fechou a fronteira com a Sérvia, apesar dos riscos que esta decisão poderia representar para a minoria húngara da Voivodina. Mas a maior preocupação de Budapeste, ao longo dos anos de transição, é apresentar-se como a mais estável das democracias do centro europeu, sem ambições territoriais (apesar de qualquer diplomata húngaro jamais se esquecer de recordar que o seu país foi amputado de metade do território pelo Tratado de Trianon, a seguir à I Guerra Mundial) e apenas desejosa de ver respeitados os direitos das minorias de etnia e cultura magiar espalhadas pela região.

Os países bálticos têm de lidar (nem sempre da melhor maneira, aliás) com as fortes minorias de etnia russa, transplantadas para os seus territórios ao longo dos cinquenta anos de integração forçada na União Soviética (33 por cento da população da Letónia, 30 por cento na Estónia e 9 por cento na

Lituânia), criando permanentes focos de tensão com Moscovo. Na Bulgária, apesar do êxodo forçado ao longo da última década do regime comunista, permanece uma minoria turca de quase um milhão de cidadãos politicamente organizados.

A Europa a que ambicionam regressar estes países parece ser, porventura demasiadas vezes, não aquela que resultou do processo de integração do pós-guerra, atenuando fronteiras, apagando memórias e levando à mútua compreensão entre os povos, mas a Europa dos nacionalismos, das rivalidades, das divisões religiosas e étnicas, que tinham conhecido entre as duas guerras. Hoje ainda, responsáveis políticos que fazem a sua profissão de fé na União Europeia e que batem sistematicamente à porta de Bruxelas, não hesitam em utilizar as rivalidades étnicas nos jogos de poder internos. O governo social-democrata de Bucareste firmou, no início do ano, um acordo parlamentar com o Partido da Grande Roménia, da extrema-direita anti-semita, e aceitou a participação do Partido da Unidade Nacional anti-húngaro no próprio gabinete, aparentemente despreocupado com o efeito destas alianças sobre a imagem do país nas instituições ocidentais. As constantes propostas de Budapeste para a assinatura de um tratado de amizade, reconhecendo as fronteiras actuais entre a Roménia e a Hungria e garantindo os direitos da minoria húngara que vive em território romeno, têm sido sistematicamente adiadas por Bucareste.

As amplas associações cívicas que lideraram as transições e que venceram facilmente as primeiras eleições livres, começam a dar de si sob a pressão das dramáticas consequências sociais das reformas, abrindo espaço ao regresso de toda a espécie de nacionalismos e a sinais preocupantes de xenofobia. Os consensos democráticos e liberais do imediato pós-comunismo vêem-se enfraquecidos e postos em causa. A adaptação brusca às regras do mercado dá origem a «mafias» organizadas para tirar partido da escassez, da ausência de redes de comercialização ou das situações de vazio legal, gerando «milionários» em 24 horas e cavando as diferenças sociais. O entusiasmo popular pela Europa vai murchando. Em Março de 1994, apenas 37 por cento dos polacos manifestam uma visão positiva da União Europeia (48 por

cento em 93 e 53 por cento, em 92), de acordo com o Eurobarómetro de Bruxelas. Idêntica evolução verifica-se na Hungria ou na República Checa e na Eslováquia. Apenas os países mais periféricos continuam a revelar valores elevados de entusiasmo, como, por exemplo, a Albânia (71 por cento).

Mas são os partidos ex-comunistas, constituídos pelos responsáveis da anterior nomenclatura que se converteram depressa e com vantagem às novas regras do jogo, quem vai tirar proveito imediato do desgaste das forças liberais mais convictamente pró-europeias. A Polónia é a primeira a completar o ciclo político de que fora também pioneira, ainda em 1993, ao eleger maioritariamente para o Parlamento de Varsóvia a coligação composta pelos ex-comunistas (a Aliança Democrática de Esquerda) e os seus aliados do Partido Camponês, dois partidos que têm as suas raízes no anterior regime. Na Hungria, repete-se o mesmo cenário na Primavera de 1994. Em Sófia, os ex-comunistas acabam de regressar em força ao poder.

Os novos governos ganham as eleições com a promessa de reduzirem a passada das reformas económicas e de reforçarem as compensações sociais dos trabalhadores mas não põem abertamente em causa nem a direcção das reformas nem o objectivo europeu. Parece ser ainda cedo para medir o seu impacto nos processos de transição, embora surjam alguns sinais preocupantes. Em Janeiro de 1995, a Hungria viu-se a braços com uma crise política resultante das divergências entre o primeiro-ministro Gyula Horn e os seus parceiros liberais do governo de coligação, sobre o rumo a dar às privatizações e à política económica em geral, que os ex-comunistas querem ver mais fechada ao exterior. De Varsóvia chegam os primeiros indícios de que pode haver recaídas graves no rumo da política externa da Polónia.

A débil resposta europeia

Quando, dois anos depois da Revolução de 25 de Abril de 1974, o primeiro governo português chefiado por Mário Soares pediu formalmente a adesão à CEE, o seu principal objectivo era

assegurar uma transição irreversível para a democracia plena. Mário Soares tinha também consciência de que a recuperação do atraso económico e cultural do país, o seu «regresso» à Europa depois de décadas de isolamento, exigiam o apoio económico e financeiro da Comunidade.

Não são substancialmente diferentes as razões que levam, desde 1990, os países da Europa Central e Oriental a reivindicar, com a mesma veemência com que o fez Soares, o direito a iniciarem negociações para a adesão à União Europeia. Os novos regimes querem também assegurar a irreversibilidade dos processos democráticos e um impulso adicional à transição para uma economia de mercado, certamente mais difícil e complexa do que a portuguesa. Mas o problema que sentem com mais intensidade e para o qual a resposta comunitária tem sido mais difusa, é a questão da segurança.

A abertura do Conselho da Europa – a instituição que passa os atestados de bom comportamento democrático e de fidelidade aos Direitos Humanos aos países da Europa – e a assinatura dos Acordos de Associação com Bruxelas, em Novembro de 1991 (apesar dos atrasos patéticos na sua ratificação por parte de alguns países ocidentais), foram entendidos como um sinal positivo. Mas o carácter limitado do seu novo estatuto de associados acabou por acentuar a percepção de que vivem num «vazio de segurança», numa espécie de terra de ninguém entre o inexpugnável dispositivo de defesa da NATO e a vastidão instável e ameaçadora da Rússia. A conquista do estatuto de membros associados da UEO, ou a «Parceria para a Paz» que assinaram com a NATO, em 1994, não são entendidos como suficientes para colmatar este «vazio».

A resposta da União Europeia aos seus insistentes pedidos de definição de uma estratégia e de um calendário para as negociações de adesão foi sendo adiada de Conselho Europeu em Conselho Europeu e substituída por um ou outro gesto de boa vontade. Apenas em Junho de 1993, em Copenhaga, os Doze aceitam o compromisso político de abrir as portas da União aos novos candidatos, desde o momento em que estejam preparados para cumprir um rol de condições políticas e económicas consideradas indispensáveis.

Essas condições incluiam, naturalmente, a existência de instituições estáveis, o funcionamento regular de um Estado de Direito, o respeito pelos direitos humanos e a protecção das minorias. Por outro lado, a capacidade para enfrentar a pressão competitiva e o funcionamento das forças de mercado dentro da União e para «cumprir as obrigações de um Estado membro», são consideradas como requisitos indispensáveis à integração económica. Tudo demasiado vago para ter acalentado grandes esperanças nos destinatários. Paralelamente e por pressão constante da Comissão Europeia, algumas cláusulas dos Acordos de Associação foram sendo revistas, reduzindo os «timings» para o desmantelamento das barreiras alfandegárias em certos sectores e aumentando as quotas de exportação. Mas o clima de recessão e de pessimismo que se viveu na Europa Ocidental não favoreceu grandes cedências. Portugal é, com a França, um dos países que mais se opõem às propostas da Comissão para uma maior abertura comercial.

Mas em Copenhaga, a UE não se limita a aceitar o princípio da abertura ao Leste. Revelando o seu receio de «importar» os inúmeros focos de instabilidade provocados por rivalidades étnicas e pela questão das minorias e procurando encontrar panaceias para a repetição de conflitos idênticos ao jugoslavo, os líderes reunidos na capital dinamarquesa vêm com bons olhos a proposta de um pacto de estabilidade com os países da região, apresentada pelo primeiro-ministro Edouard Balladur como uma condição para a adesão. A ideia da França é convocar uma Conferência de mais de 30 países, entre os quais os EUA e o Canadá, na qual fiquem estabelecidas as regras de boa conduta entre vizinhos, de respeito pelas minorias e de resolução dos conflitos fronteiriços por via do diálogo e da negociação. A proposta prevê o recurso a sanções económicas e políticas contra os infractores, incluindo a rejeição das respectivas candidaturas à União Europeia. Os países visados do Leste começam por reagir friamente ao novo Plano Balladur, encarando-o como mais um pretexto para mantê-los à distância. Acabam, todavia, por aceitá-lo e colaborar activamente nele. A Conferência para a Estabilidade na Europa realizou-se em Março de 1995, durante a presidência francesa da UE.

Sem se poder negar o esforço comunitário para ir em apoio das economias de Leste (a Europa é, de longe, o maior dador de ajudas financeiras com mais de 20 mil milhões de ecu prometidos, até Dezembro de 1993), o facto é que, quatro anos depois, feito o balanço das relações comerciais, é difícil dizer quem ganhou mais e quem ganhou menos. Os candidatos à adesão sofreram uma alteração dramática no modelo de trocas com a Europa Ocidental: em 1989, menos de um quarto das exportações de toda a região tinham como destino a UE e a EFTA. Hoje representam mais de metade. Mas a grande beneficiária da alteração do modelo acabou por ser a própria União Europeia, cujas exportações para a Europa de Leste cresceram 120 por cento, em quatro anos, enquanto as importações aumentavam apenas cerca 60 por cento. Resultado: a balança comercial da região com a UE passou de um superavit próximo dos 700 milhões de dólares, em 1989, para um défice da ordem dos 7 mil milhões de dólares em 1992. Em 1993, a Comissão admitia que a penetração da Comunidade nos mercados da Europa Central e Oriental era de 50 por cento para 3 por cento em sentido inverso.

Luz verde em Essen

Só em Dezembro de 1994, em Essen, depois de demoradas discussões e sob a pressão conjugada das propostas da Comissão e da vontade política da presidência alemã, os Doze resolveram aceitar uma «estratégia» com o itinerário a seguir pelos seis Estados associados, e a fixação do montante das ajudas de pré-adesão que vão receber até à viragem do século (cerca de 7,5 mil milhões de ecu). Sem se comprometer com uma data, a União aceitou implicitamente o ano 2000 como o momento possível do seu próximo alargamento, estando o início das negociações dependente das conclusões da CIG de 1996. O convite de Kohl aos primeiros-ministros da República Checa, Polónia, Hungria, Eslováquia, Bulgária e Roménia para participar simbolicamente nesta tomada de decisão «histórica», marcou um ponto de viragem que apenas o fracasso da conferência intergovernamental de

1996 ou eventuais reviravoltas na situação interna desses países podem pôr em causa.

Em Essen, a UE compromete-se também a acelerar ou a iniciar negociações com os países que ainda não conquistaram o estatuto de associados, desde os três Estados bálticos até à Eslovénia, passando pela Albânia. O caso da Eslovénia, onde reina a paz desde que conseguiu escapar ao barril de pólvora dos Balcãs e onde a recuperação económica avança rapidamente graças à ajuda alemã e austriaca, é exemplar do estado de espírito que ainda prevalece dentro da própria UE. Por quatro vezes, o governo italiano vetou o início das negociações, alegando que falta resolver a situação dos 300 mil italianos que, no termo da Segunda Guerra, abandonaram a região de Ístria, cedida à Jugoslávia de Tito pelo Tratado de Paris, – e hoje dividida entre a Eslovénia e a Croácia – e que exigem agora a restituição dos seus bens. E se a questão era tabu em Itália até há bem pouco tempo, a nova classe política chegada ao poder com Silvio Berlusconi parece mais permeável a estas reivindicações. A Grécia deixa de estar isolada como a «ovelha negra» da União, nas suas manifestações nacionalistas contra a Macedónia, a Albânia ou a favor da Sérvia.

Para vencer as objecções levantadas por alguns Estados membros – desconfiados da pressa alemã e preocupados com os futuros equilíbrios internos da UE –, foi importante o facto de a Cimeira de Essen ter decidido que Chipre e Malta serão contemplados no próximo alargamento comunitário e que os países da orla Sul do Mediterrâneo serão objecto de uma estratégia de relacionamento global por parte da UE e do reforço substancial das ajudas financeiras (em valores que a Comissão propõe que sejam da ordem dos 5,5 mil milhões de ecu).

A estratégia aprovada em Essen inclui uma vertente política destinada a institucionalizar um «diálogo estruturado» entre a UE e os seis países associados, através de reuniões periódicas de nível ministerial para concertar posições em torno de assuntos de interesse comum: o combate à criminalidade organizada (um dos novos flagelos das incipientes democracias de Leste), as questões ambientais ou as futuras redes transeuropeias, mas também a coordenação de posições em matéria de política

externa e de segurança. No capítulo económico, esta estratégia será concretizada detalhadamente num livro branco que a Comissão deve ter concluído no primeiro semestre de 1995, onde ficarão definidos os passos necessários para os seis países iniciarem imediatamente a adaptação da sua legislação às quase trezentas normas do Mercado Interno, nomeadamente em matéria de política de concorrência e de subsídios estatais.

A União Europeia tem deixado de lado os aspectos internos do processo e que se traduzem, por exemplo, na incidência sobre o orçamento comunitário da adesão de países cujo nível de desenvolvimento se situa muito abaixo da média comunitária e cujo sector agrícola representa um peso nas respectivas economias muito superior ao dos Quinze. Cálculos feitos em Bruxelas indicam que o alargamento da UE apenas a estes seis candidatos, mantidas as condições actuais da PAC e dos fundos estruturais, representaria, num cenário pessimista, qualquer coisa como a duplicação do orçamento da UE: de 75 mil milhões de ecu por ano para 140 mil milhões.

Um estudo encomendado pela Comissão conclui que, se beneficiassem do mesmo nível de ajuda por habitante que Portugal ou a Grécia, só os quatro países de Visegrado estariam no direito de receber, em 1999, e enquanto membros da UE, uma transferência de fundos bruta da ordem dos 26 mil milhões de ecus.

Estas contas não agradam, naturalmente, a muitos dos parceiros europeus, ou porque são contribuintes líquidos dos cofres de Bruxelas (como a Alemanha, França e Reino Unido), ou porque têm fortes sectores agrícolas e são grandes beneficiários da PAC (como a França, Bélgica e Dinamarca), ou ainda porque são recebedores de grandes transferências financeiras sob a forma de fundos estruturais (como Portugal, Espanha, Grécia, Irlanda e Itália). Elas serão, todavia, inevitáveis logo que a UE se disponha a encarar a sério a abertura à Europa Central e Oriental, e vão obrigar a uma nova e mais radical reforma da PAC e à constatação de que os quatro países da coesão, entre os quais Portugal, têm a sua grande oportunidade para se aproximarem da riqueza comunitária até 1999, utilizando as ajudas financeiras postas à sua disposição pelo Pacote Delors II.

«Estamos preparados»... ou talvez não

Depois de dois anos de alegria e de sonhos e de mais três de decepções e de crises, 1994 foi o primeiro ano em que as reformas económicas começaram a dar frutos, principalmente nos quatro países do Grupo de Visegrado, cujas condições históricas e económicas favoreceram recuperações mais fáceis. Os respectivos governos encontram nesse facto argumentos novos, alguns deles razoáveis, para pressionar a União. As previsões para 1995 confirmam, de uma forma geral, esta tendência, embora o combate à inflação (que se mantém muito alta em quase todos estes países), a fraca procura interna e a necessidade de controlar os défices atenuem os efeitos da retoma.

«O facto de estarmos incluídos nos chamados mercados emergentes é para esquecer», comentou recentemente o ministro da Economia de Praga, Karel Dyba, concluindo: «Nós já emergimos!» Reivindicando justamente os pergaminhos de um passado que remonta às vésperas da Segunda Guerra, em que foi uma das principais potências industriais do mundo (com um rendimento *per capita* pouco inferior ao francês) e a única democracia a leste do Reno, o neoliberal primeiro-ministro Vaclav Klaus considera, mesmo, que «a transição» para uma economia de mercado, exigida pela UE aos candidatos, «já terminou», para a República Checa.

Praga tem, de facto, alguns indicadores macroeconómicos dignos de serem apresentados aos peritos de Bruxelas: mais de 65 por cento da economia está já em mãos privadas (5 por cento em 1989); o equilíbrio orçamental conseguido faz inveja a muitos parceiros comunitários; a inflação está controlada num só dígito; a dívida não constitui problema e, ao contrário de quase todos os outros candidatos, até o desemprego se queda, por enquanto, em pouco mais de 4 por cento. Pode mesmo dizer-se que a República Checa não está longe de cumprir os critérios de convergência nominais para a terceira fase da UEM.

Em termos económicos, a Polónia e a Hungria podem considerar-se também duas histórias de sucesso embora em todos

estes países se registem ainda indicadores reais menos animadores, como um rendimento *per capita* bastante inferior ao da média comunitária (mas não muito distante dos de Portugal ou da Grécia quando aderiram), ou um sector industrial em fase relativamente atrasada de reestruturação e ainda incapaz de competir num mercado totalmente liberalizado como o comunitário.

A República Checa, munida de uma forte tradição industrial (60 por cento das suas exportações são de maquinaria e bens de equipamento), conseguiu mesmo evitar os constrangimentos sofridos em Varsóvia e em Budapeste com as vitórias eleitorais e o regresso ao poder dos partidos ex-comunistas.

A Polónia, cuja «terapia de choque» lançada em 1989 pelo vice-primeiro-ministro e ministro das Finanças Leszek Belcerowicz, foi a primeira e a mais radical, fazendo no caminho imensos «mortos» entre as elites democráticas e pró-europeias (como os ex-primeiros-ministros Tadeus Mazowieski ou Hanna Suchocka), sofre agora os efeitos de uma acentuada instabilidade de política. O ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, Andrzej Olechowski – o último sobrevivente da primeira fase da transição democrática –, afastado pelo novo primeiro-ministro Waldemar Pawlak, perguntava-lhe na sua carta de demissão: «Quer realmente aderir à NATO?» Desde que o novo governo constituído pelos ex-comunistas e os seus aliados do Partido Camponês entrou em funções, depois das eleições de Setembro de 1993, Olechowski viu muito dificultada a sua missão junto dos governos ocidentais. Outros sinais são preocupantes, como a nomeação de um antigo espião soviético para a chefia dos serviços secretos polacos ou a indigitação (rejeitada pelo presidente Lech Walesa) de um velho ideólogo comunista, conhecido pelas suas posições anticentrais, para titular da Defesa. Num comentário muito citado na imprensa ocidental, o ex-conselheiro norte-americano Zbignew Brezinski escrevia recentemente que estes factos «reduziam as hipóteses da Polónia de aderir à NATO».

As eleições presidenciais de 1995 – que vão opor o actual presidente Lech Walesa a Alexander Kwasniewski, o líder da Aliança Democrática de Esquerda dos ex-comunistas – podem

acentuar a instabilidade política em Varsóvia e arrastarão consigo provavelmente uma nova vaga de antieuropéismo e de nacionalismo, agravando os sintomas de indefinição e afectando a recuperação económica.

As divergências surgidas recentemente na coligação que reina em Budapeste a propósito da política económica podem ser apenas as primeiras de um período de instabilidade que porá em causa os êxitos conseguidos e, sobretudo, abrandará o afluxo de investimento estrangeiro (do qual a Hungria foi a campeã, nos últimos quatro anos), dificultando o processo de privatizações e a retoma. Tal não impede o primeiro-ministro Gyula Horn de insistir em que a União deve colocar o seu país à frente de todas as outras nações candidatas, porque «a Hungria está na vanguarda do processo de transformação».

Os quatro países do Grupo de Visegrado estão, de facto, a aproximar-se de algumas das condições estipuladas em Essen. O esforço de compatibilização com a legislação comunitária constitui uma prática corrente. A Hungria criou, há dois anos, uma Comissão dos Assuntos Europeus no Parlamento cuja tarefa é adequar as leis do país às da União Europeia. No ano passado, o Parlamento de Budapeste (seguindo, aliás, o exemplo dos seus congêneres de Varsóvia e de Praga) votou uma norma estabelecendo a conformidade com a legislação comunitária como indispensável à aprovação de qualquer lei. Comentando este esforço, o ex-primeiro-ministro eslovaco Jozef Moravcik, dizia recentemente: «O meu primeiro pensamento, de cada vez que uma lei cai na minha secretaria, é perguntar se é compatível com as leis da Comunidade.»

Quanto às preocupações de Bruxelas com o nível de subsídios estatais às empresas praticados nos países associados, é longo também o percurso já feito no sentido da sua redução. Ao ponto de especialistas ocidentais considerarem que, em termos directos, já não é muito superior aos de alguns países da União. Entre os membros associados, a Roménia mantém o nível mais alto de subsídios (5,5 por cento do PIB, em 1993), seguida pela Eslováquia, com 4,8 por cento. Mas, em 1991, a Irlanda revelava valores da ordem dos 6,6 por cento, incluindo as transferências

de fundos, e a Grécia ultrapassava também os 5 por cento. Os peritos chamam, no entanto, a atenção para o facto de haver ainda uma forte transferência camouflada de recursos financeiros do Estado para as empresas, resultante de um processo de privatizações muito recente e nem sempre totalmente transparente.

À medida que o tempo passa, tendem a acentuar-se as diferenças e as especificidades de cada um dos candidatos da Europa Central e Oriental. E se, como já vimos, os processos de estabilização democrática são distintos, mesmo entre os quatro países de Visegrado, as diferenças acentuam-se quando contemplamos a Bulgária ou a Roménia, os Bálticos ou a Albânia. Para já não falar das repúblicas da ex-Jugoslávia, onde apenas a Eslovénia, que já era a mais próspera das repúblicas no tempo de Tito, conseguiu escapar ao efeitos da guerra. A União Europeia voltou a recordar em Essen que cada candidatura será apreciada independentemente e avaliada segundo os seus méritos próprios.

As decisões de 1996

Entre os países membros da União Europeia há hoje, finalmente, um acordo de princípio quanto ao carácter inevitável e desejável do alargamento a leste, apenas dependente da sua capacidade para levarem a bom termo a reforma das instituições e dos objectivos da União, prevista para a conferência intergovernamental de 1996.

Mas a verdade é que continua a predominar o desacordo relativamente a quase tudo o que a aceitação deste princípio implica. Isso resulta de múltiplos factores: diferentes sensibilidades nacionais à importância e às consequências do que se passa na região; conflitos de interesses puramente económicos; orientações diferentes relativamente à Federação Russa; a própria visão predominante em cada país sobre o futuro da União Europeia. Até agora, pode dizer-se que estas divergências têm prevalecido sobre o forte interesse comum da Comunidade na estabilização e no desenvolvimento da Europa Central e Oriental.

A Alemanha é, por razões óbvias, o país que mais defende a inevitabilidade e a urgência do alargamento da Comunidade, cabendo-lhe, aliás, mais de metade de toda a ajuda ocidental às jovens democracias e a maior fatia de investimento directo na região. São reconhecidas as razões de Bona. Qualquer foco de instabilidade na região afecta mais depressa e mais directamente a Alemanha do que qualquer dos seus parceiros da UE, refletindo-se na percepção da sua própria segurança. A estável e rica República Federal não quer voltar a viver o pesadelo de uma situação geográfica que faz dela o «país do meio», nas palavras de A.J.P. Taylor, num continente perturbado e dividido por conflitos de influências e por rivalidades.

As suas preocupações foram expressas publicamente e de forma muito clara no já célebre Documento de Reflexão lançado no início de Setembro de 1994 pelo Grupo Parlamentar da CDU. «A única solução que permitirá prevenir um regresso ao instável sistema anterior à guerra, com a Alemanha de novo apanhada entre o Ocidente e o Leste, é integrar os seus vizinhos do Centro e do Leste da Europa no sistema europeu ocidental do pós-guerra, e estabelecer um ambicioso acordo de parceria com a Rússia», diz o polémico documento, insistindo em que «nunca mais deve haver um vazio de poder desestabilizador no centro da Europa.»

O quebra-cabeças que Bona gostaria de ver resolvido pode resumir-se no seu desejo de conjugar a urgência do alargamento a leste com a preservação do eixo franco-alemão que a segura solidamente a oeste. A solução que propõe configura, como se sabe, uma nova arquitectura institucional assente num «núcleo duro» de países em condições de adoptarem a terceira fase da UEM (moeda única) no calendário previsto por Maastricht e capazes de avançar mais depressa no sentido de uma política externa comum e de uma defesa comum. A partir deste núcleo ou «íman» central, no qual o documento inclui apenas a França, a Alemanha e os três países do Benelux, a Comunidade pode organizar-se numa «geometria variável» de solidariedades várias, de acordo com a capacidade e a vontade de cada um dos seus membros. Partindo da preocupação em preservar a solidez do eixo Paris-Bona, a arquitectura institucional proposta pela CDU

procura afastar os riscos de bloqueio ao avanço da integração que podem decorrer quer da oposição dos antifederalistas convictos como a Inglaterra, quer daqueles que ainda não reúnem as condições económicas para avançar para a moeda única. Mas, ao mesmo tempo, cria uma estrutura flexível que pode abrir oportunidades imediatas aos candidatos do Leste.

Mergulhada numa acentuada crise de indefinição quanto ao seu papel na União Europeia, digerindo muito dificilmente o ressurgimento de uma Alemanha reunificada, a França começou por reagir negativamente às propostas alemãs. Desde então, os seus responsáveis têm-se esforçado por contrariar algumas das ideias de Bona, por colocar algumas pedras na engrenagem da abertura a leste, sem nunca chegarem ao ponto de pôr em causa a prioridade do eixo franco-alemão.

Em matéria de alargamento, pode mesmo dizer-se que Paris foi tentado responder mais ou menos positivamente aos anseios da República Federal. Em Maio do ano passado, Helmut Kohl e Edouard Balladur, numa carta conjunta, selaram finalmente o compromisso: «A União Europeia tem por obrigação histórica e por objectivo comum ajudar os Estados da Europa Central e Oriental comprometidos na via das reformas a reintegrar a família europeia.» Mais recentemente, Alain Juppé, o ministro dos Negócios Estrangeiros do governo Balladur, concordava publicamente que a UE apenas sobreviverá se admitir os países de Leste «num futuro razoável», sob pena de ver fracassar o eixo Paris-Bona. No fim da última presidência alemã, no segundo semestre de 1994, Bona conseguiu finalmente «colocar sobre os carris» o calendário e a estratégia para a adesão dos países da Europa Central e Oriental, antes de passar o testemunho a três presidências do Sul (França, Espanha e Itália) e antes de terem início os trabalhos preparatórios da CIG de 1996.

Mas a forma como até agora Paris tem encarado as reformas institucionais necessárias para manter a eficácia de uma União a vinte ou a trinta países, continua a divergir substancialmente do modelo tendencialmente federal da Alemanha.

Nos últimos meses de 1994, as várias intervenções do primeiro-ministro Balladur sobre a melhor forma de compatibilizar

«o alargamento e o aprofundamento» da UE retrocederam à ideia de círculos concêntricos, dotados de níveis de coesão distintos e de objectivos diferentes. Um círculo intermédio, a que chama de «direito comum», assente no Mercado Único e nos II e III Pilares da União tal como estão definidos em Maastricht, ao qual os candidatos melhor preparados do Leste podem aderir; «círculos mais restritos» de cooperação reforçada de Estados, assentes na moeda única e numa política de defesa comum; um grande círculo envolvente, ao qual pertenceriam aqueles países que não têm perspectivas de aderir no médio prazo mas que mantêm acordos com a União, destinados a dar-lhes garantias suplementares de segurança e de estabilidade.

É outra naturalmente a visão de Londres, apoianto do alargamento da UE aos antigos membros da EFTA ou ao Leste, convencida de que uma tal extensão a países com graus de desenvolvimento económico muito diferentes e com ambições distintas seria o caminho mais curto para reduzir a Europa a uma grande zona de comércio livre, regida pelas regras do Mercado Único. O Reino Unido oferece à Europa a velha receita da construção «à la carte», em que cada um escolheria sem constrangimentos os níveis de integração e as responsabilidades comuns que lhe conviessem. Embora John Major tenha saudado as propostas de Balladur como perfeitamente aceitáveis do ponto de vista britânico, a Europa «à la carte» difere substancialmente das ideias francesas. Londres concebe apenas um círculo único, onde cabem todos os países e no qual são livres de escolher o que querem ou não querem fazer em comum. Mas as hesitações francesas são recebidas com agrado em Londres, cujos responsáveis sonham com a hipótese de contrapor ao poderoso eixo Paris-Bona um novo eixo Paris-Londres, assente na partilha das fortes identidades nacionais dos dois países, no papel dominante que exercem nas questões internacionais e na relutância francesa em integrar a sua política de defesa numa estrutura europeia. O que o governo conservador propõe a Paris é um entendimento entre duas velhas e nostálgicas nações europeias contra quaisquer excessos de federalismo de Bona. A grande fraqueza das teses de Londres, que as torna inaceitáveis para a França, é que elas

«esquecem» deliberadamente a questão alemã, para a qual a União deve continuar a encontrar resposta.

A única preocupação que os «três grandes» da Europa parecem partilhar convictamente é o receio de que o contínuo alargamento da União a países de pequena ou média dimensão venha acentuar ainda mais o desequilíbrio de poder interno. A Espanha junta-se a esta preocupação dos «grandes», parecendo fazer dela a questão central da reflexão que está a fazer sobre a reforma do Tratado. «O peso dos países com mais população diminuirá drasticamente com o alargamento a cerca de 30 países», assinala um recente documento do governo de Madrid. Até por razões de «legitimidade democrática», o documento considera como «imprescindível uma nova ponderação de votos, de modo a que o peso de cada Estado no Conselho reflicta melhor a sua população».

No complexo jogo de interesses e de sensibilidades nacionais que será travado à mesa da CIG, o alargamento a leste será, pois, um dos factores decisivos.

Para os recém-chegados da antiga EFTA, cujas fronteiras e cuja história aproximam a UE dos novos candidatos, a abertura à Europa Central (incluindo os Bálticos) é encarada de forma positiva. Da mesma forma que os países do Benelux, ricos fundadores da CEE, pertencentes à zona do marco e de mais fortes inclinações federais, se mostram relativamente dispostos a aceitar as teses de Bona.

Tem sido diferente a reacção dos países do Sul, onde a Itália, Espanha ou Portugal se juntam à França na manifestação de alguma falta de interesse pelo alargamento a leste. Estes países temem, em primeiro lugar, as consequências da recentragem da Europa mais a Norte e mais ao centro e o aumento do peso e da influência da Alemanha no quadro das decisões comunitárias. Foram os países membros do Sul que se bateram, no Conselho Europeu de Essen, para introduzir o chamado princípio do «paralelismo» entre o Leste e o Mediterrâneo, assente na ideia de que a segurança e a estabilidade da Europa também se joga no seu flanco sul e passa pela construção de uma sólida «parceria» com os países do Norte de África. Caberá, aliás, a Madrid a organização

de uma Conferência Euro-mediterrânica, em Novembro de 1995, para traçar as linhas mestras dessa «parceria».

Se a Alemanha sente à flor da pele a pressão da instabilidade a leste, a França, a Espanha ou a Itália acham-se igualmente vulneráveis à crescente instabilidade política e à pobreza económica do Magrebe. E se, na Europa Central e Oriental, a promessa de adesão, o diálogo e a ajuda económica são condições para desmobilizar o regresso aos ultranacionalismos, à xenofobia e à guerra, a sul são necessários antídotos semelhantes para combater a vaga de fundamentalismo islâmico que se propaga a partir das extremas dificuldades económicas e sociais e da ausência de uma tradição democrática na região.

Jacques Delors sintetiza de forma muito simples o grande dilema que a Europa enfrenta na Conferência de 96: «Para aprofundar a construção da Europa e fazer dela um actor político credível, precisamos de um pequeno número de países que partilhem as mesmas finalidades e interiorizem pouco a pouco a sua união; ao mesmo tempo, para responder à queda do Muro de Berlim, ao desafio que nos lançou e à aspiração de todos os povos da Europa, o nosso dever é expandir os valores de paz e de compreensão mútua à grande Europa.» Mas a questão não é apenas a de resolver um problema institucional, permitindo a entrada de novos membros sem que a UE perca «a capacidade de decisão, os meios de acção e a responsabilidade democrática». A questão é, em primeiro lugar, de saber «porquê combatemos e se esses países têm as mesmas ambições que nós».

Como conjugar a necessidade de uma união política cada vez mais forte, dotada de objectivos e de ambições comuns, com a cada vez maior diversidade de nações, de línguas, de religiões, de experiências que constituem a Europa? Como conciliar o longo caminho de superação das divisões nacionais, de partilha de soberania e de comunidade de valores e de interesses já percorrido pelas nações da metade ocidental da Europa, com a erupção de fortes sentimentos nacionais, durante décadas esmagados pelo império soviético, na sua metade oriental?

Portugal: tirar partido da inevitabilidade

Compreende-se que não seja fácil para os responsáveis políticos portugueses lidar com a questão do alargamento da União Europeia às cada vez mais competitivas sociedades da Europa Central e Oriental. E ser-lhes-á igualmente difícil explicar a uma opinião pública habituada a perceber a Europa sobretudo como fonte inesgotável de ajudas financeiras, que o que acontece na metade oriental do continente, à distância de milhares de quilómetros, diz directamente respeito ao nosso futuro.

A situação geográfica de Portugal no extremo ocidental da Europa e os quase cinquenta anos de isolamento internacional impostos pelo regime salazarista, contribuem bastante para acentuar o sentimento de periferia e a tendência para uma certa sensação de alheamento dos portugueses relativamente ao que se passa no centro da Europa. E os responsáveis políticos parecem ser pouco sensíveis a este sentimento, preocupando-se raramente em combatê-lo. O quase nulo empenhamento de Portugal nas forças de paz europeias na ex-Jugoslávia, por exemplo, foi sempre justificado pelos responsáveis nacionais com o facto de a opinião pública portuguesa ser muito pouco sensível ao que se passa nos Balcãs.

Mas deve admitir-se que o governo de Lisboa já percorreu um longo caminho desde o tempo em que Cavaco Silva se mostrava pouco sensível à sorte da URSS de Gorbatchov ou dos países pós-comunistas do Leste, nas cimeiras da Comunidade Europeia. Os recentes esforços diplomáticos de Lisboa para conseguir a eleição de José Cutileiro para o cargo de secretário-geral da UEO, a decisão de enviar um observador para o Eurocorpo ou, ainda, a disponibilidade demonstrada para participar na Força Aeronaval do Mediterrâneo (constituída pela França, Espanha e Itália) ou na Brigada Anfíbia anglo-holandesa, são sinais de que há o desejo de um empenhamento mais activo de Portugal nas questões de segurança e de defesa da UE e, consequentemente, uma maior compreensão da dimensão política do alargamento.

Mas os países do Leste europeu não são apenas encarados pela opinião pública portuguesa como uma realidade distante,

com a qual a geografia e a história nos puseram poucas vezes em contacto. Podem muito rapidamente vir a ser olhados como rivais, e responsabilizados por algumas das dificuldades económicas e sociais que o país atravessa. Quando, no início de Janeiro deste ano, se tornou pública a ameaça que pesa sobre a Renault Portuguesa instalada há dez anos em Setúbal, pondo em risco os empregos de algumas centenas de trabalhadores, muita gente terá ouvido falar da Eslovénia como um concorrente directo para a fábrica portuguesa. Neste caso, Setúbal vê a sua posição ameaçada pela aposta estratégica que o construtor francês tenciona fazer na pequena república dos Balcãs – cuja mão-de-obra é mais barata que a portuguesa e cuja situação geográfica a aproxima dos ricos mercados do sul da Alemanha ou do norte de Itália.

Em 1986, Portugal pôde utilizar a sua pertença à Comunidade, com os incentivos financeiros daí resultantes, e os custos baixos da sua mão-de-obra, para atrair os investimentos da Renault (como, mais recentemente, conseguiu ganhar os da Ford-VW). Mas hoje, a Eslovénia ou a República Checa, a Hungria ou outro dos países do Leste que são candidatos potenciais à União Europeia começam a dispor de condições concorrenciais idênticas.

E não é apenas a indústria automóvel instalada em Portugal que corre o risco de perder vantagens comparativas. Os sectores transformadores de mão-de-obra intensiva como os têxteis, vestuário e calçado, cujo peso na indústria exportadora portuguesa é ainda muito elevado, podem tornar-se igualmente vulneráveis à concorrência do Leste (que se soma às novas condições de concorrência internacional estabelecidas pelo Uruguay Round), se não souberem tirar proveito dos fortes apoios canalizados por Bruxelas, de forma a ganharem novas vantagens competitivas. Até porque o governo português não poderá continuar a ser um dos mais renitentes opositores a toda e qualquer abertura adicional dos mercados aos países da Europa Central e Oriental. Como é óbvio, o problema não diz apenas respeito às economias mais fracas da UE. Países tão ricos como a França ou a Alemanha enfrentam desafios idênticos em outras áreas de actividade, como a

agricultura francesa ou o aço alemão, embora as respectivas economias sejam menos vulneráveis.

Mas o problema está em que depressa surgirão forças políticas antieuropeias ou interesses meramente económicos incapazes de adaptar-se à concorrência nos mercados internacionais, dispostos a utilizar casos como o da Renault para sustentarem campanhas nacionalistas e proteccionistas, destinadas a pôr em causa a opção pela integração na União Europeia. E o terreno pode ser-lhes tanto mais fértil quanto a tentação das correntes democráticas mais solidamente empenhadas na Europa, representadas no PS e no PSD, tem sido ceder a esse tipo de argumentação para segurar votos ou contentar clientelas.

A separação artificial que as duas principais forças políticas portuguesas têm alimentado entre a política interna e as opções externas do país contribui também para fomentar as perspectivas puramente economicistas e reivindicativas com que a opinião pública portuguesa tende a encarar as questões europeias e, por maioria de razão, o próximo alargamento às novas democracias. Ao calarem muitas vezes em Lisboa o que dizem em Bruxelas, governo e oposição socialista adiam o debate sobre as difíceis opções que o país terá de fazer a muito curto prazo, tornando mais problemático o consenso nacional que tem prevalecido na política externa. O escasso interesse manifestado pela Comunicação Social pelos assuntos europeus e por tudo aquilo que acontece a leste, contribuem também para este alheamento da opinião pública. Não sendo uma excepção portuguesa, este estado de coisas pode, no entanto, vir a ter custos políticos mais elevados num país cuja história recente ainda pesa sobre as suas relações com o exterior e cuja economia ainda percorre o difícil caminho de aproximação à riqueza e ao bem-estar alcançados nas sociedades desenvolvidas da Europa Ocidental. Só muito timidamente os responsáveis políticos vão começando a insistir em que Portugal não está na Comunidade apenas para receber, mas também para dar, e que o nosso país seria, certamente, dos mais prejudicados se a União Europeia entrasse em crise.

Lisboa reagiu favoravelmente à adesão dos antigos membros da EFTA (à qual o nosso país pertenceu até 1985), com os

quais tem uma longa tradição de relações comerciais. Do ponto de vista económico, a Suécia, Finlândia e Áustria são contribuintes líquidos para o Orçamento comunitário e não, como as democracias de Leste, potenciais concorrentes aos fundos estruturais. Do ponto de vista político, vieram reforçar o peso dos pequenos países dotados de fortes identidades nacionais no seio da UE, em vésperas de uma reforma institucional em que o actual equilíbrio de poderes entre pequenos e grandes e entre federalistas e antifederalistas serão questões fulcrais.

Pelo contrário, foi com escasso entusiasmo que as autoridades de Lisboa se foram convencendo da inevitabilidade do próximo alargamento da UE para leste. Tudo aquilo que a entrada destes países implicará na reforma interna da Comunidade – desde a revolução no sistema de apoios financeiros regionais à aceitação do princípio das várias velocidades, passando pela eficácia dos mecanismos de decisão – tende a ser percebido ainda em Portugal como indo em sentido contrário ao que se convencionou chamar de interesses nacionais. Mesmo assim, a inevitabilidade do alargamento a leste e a irrefutabilidade dos princípios a que obedece são publicamente aceites pelo governo e pelos responsáveis socialistas.

Quando comparado com os novos candidatos, mesmo aqueles que se aproximam mais dos níveis ocidentais, Portugal continua a ter um conjunto apreciável de vantagens a seu favor. A primeira das quais se traduz no nível de transferências financeiras que vai receber até 1999 para prosseguir o esforço de modernização da economia e de valorização dos recursos humanos. A estabilidade da democracia portuguesa e os hábitos de convivência com as instituições comunitárias e com o grande mercado europeu representam também enormes vantagens.

O facto de poder jogar no quadro da reforma institucional de 1996 e de ter ao seu alcance a pertença ao núcleo central da integração europeia (no qual é previsível que a terceira fase da UEM venha a ser um critério decisivo), aumenta substancialmente a margem de manobra nacional, desde que haja uma estratégia activa e objectivos claros. Tudo isto tem, todavia, alguns custos e exigirá dos responsáveis e das elites nacionais

uma boa dose de coragem política, que até agora não souberam demonstrar ao evitar deliberadamente o debate público sobre o que estará em causa na CIG de 1996.

As preocupações portuguesas relativamente ao próximo alargamento e a definição de uma estratégia para a conferência intergovernamental de 1996 prendem-se também directamente com os futuros equilíbrios internos da União Europeia. Não convém a Portugal um cenário em que sejam recriadas as antigas zonas de influência europeias, com a implícita constituição de um bloco regional dos países do Sul, liderado pela França, e um bloco nórdico em torno da Alemanha, remetendo as Ilhas Britânicas para uma posição de cada vez maior afastamento do continente. Um cenário desta natureza, além de ameaçar directamente a solidez do edifício comunitário, contribuiria para acen-tuar a periferização do país, reduzindo a sua margem de manobra para agir no seio da Comunidade e para multiplicar a sua capacidade de influência.

Quanto mais coesa for a política europeia, quanto maior for a partilha de soberania entre os seus Estados (e menos uma simples soma de soberanias e de interesses nacionais), maior será a solidariedade interna e, consequentemente, a capacidade de Portugal de projectar-se externamente e de usufruir dos apoios de que ainda necessita para vencer o atraso do seu desenvolvimento. Hoje, é já absolutamente claro que a União Europeia é o melhor enquadramento para as pequenas nações poderem reconstruir a sua capacidade de enfrentar problemas que passaram a estar muito para além do alcance de cada país, isoladamente, e que dizem respeito não só à crescente concorrência internacional decorrente da liberalização dos mercados e da globalização da economia, como também à sua capacidade de influência externa e às garantias de segurança e de defesa.

A revisão do Tratado, na conferência intergovernamental de 1996, terá como principal desafio encontrar resposta para a questão de saber como pode a União estender-se para leste e para sul – alargando-se a 28 países –, sem retroceder no nível de integração já alcançado, mas pelo contrário, reforçando a tradição democrática das suas sociedades, a sua coesão interna e a sua

projecção internacional. O risco maior que a UE corre, se não for capaz de resolver este dilema, é o da fragmentação e da renacionalização, cujas consequências poderiam ser trágicas, como a história da primeira metade deste século a todo o momento nos recorda.

As incertezas sobre uma nova ordem internacional, a instabilidade que cerca a Europa, a tendência dos Estados Unidos para reduzir o seu papel de garante da segurança europeia, as novas condições de globalização da economia, não são compatíveis com a tentação de preservar o *status quo*. Portugal não retirará quaisquer vantagens de uma estratégia de adiamento das reformas, pela simples razão de que ela não é mais possível. Precisa, pelo contrário, de tirar o máximo partido da sua situação privilegiada de membro da Comunidade há quase dez anos, dispondo-se agora a dar proporcionalmente muito mais e a receber um pouco menos. A favor, também, dos que agora batem à porta da União com a mesma insistência com que Portugal bateu em 1976.

«...é preciso que cada membro seja livre a construir
o seu destino, respeitando os outros países e os seus destinos
de igual forma... para ser o seu espaço cada organização tem
a sua identidade nacional e histórica própria. Isto é o que devemos
respeitar, para integrar a Europa sob os mesmos princípios da
luta solidária que nos fez chegar respeitosamente ao topo
da Europa e se permanecer nela é o que queremos, é o que
devemos querer, é o que temos. Fomos nós que criámos a Europa juntas»

António Guterres, 26 Março de 1993

a
r
le

al
a
e
de
li-
ua